

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/02/2023 até 28/02/2023

DATA DA NOTÍCIA: 07/02/2023

Título: AGU 'possivelmente' questionará regras da privatização 'lesa-pátria' da Eletrobras, afirma Lula

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79006/agu-possivelmente-questionara-regras-da-privatizacao-lesa-patria-da-eletobras-afirma-lula>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, durante a entrevista coletiva a 40 veículos independentes e influenciadores digitais, nesta terça-feira (07/02), que a privatização da Eletrobras foi “lesa-pátria”.

“Uma privatização lesa-pátria, a começar pelos salários dos diretores, dos conselheiros e pelo fato de que o governo só tem 10% de participação (na direção da empresa) quanto ele tem 40% das ações”, afirmou Lula, respondendo a uma questão da jornalista Eleonora de Lucena, do site e canal no Youtube Tutameia.

A pergunta de Lucena veio na sequência do presidente ter apontado o aumento de salário dos executivos da empresa após a privatização. Até a privatização, o presidente da empresa ganhava R\$ 52.300 por mês; após a perda do controle pelo Estado, o executivo passou a ganhar R\$ 300 mil por mês. Já os conselheiros da empresa recebiam R\$ 5.440 por mês e tiveram seus ganhos aumentados para R\$ 200 mil.

“Eu não posso e eu não disse durante a campanha e não vou dizer agora que eu vou votar pela compra das empresas de volta, até porque o pouco dinheiro que a gente tiver vamos ter que cuidar dos benefícios, que o povo está precisando que a gente faça”, ponderou Lula.

O presidente, no entanto, apontou o que chamou de “resultado da privatização” da empresa: “o governo tem 40% das ações da Eletrobras e o governo só participa da direção como se tivesse 10%. Se amanhã o governo tiver interesse de comprar as ações, essas ações para o governo valem três vezes mais do que o valor normal para outro candidato”, afirmou. “Ou seja, foi feito quase uma bandidagem para que o governo não volte a adquirir maioria na Eletrobras”.

Ainda com relação às empresas estatais, Lula falou que nos últimos anos teve “muita coisa mal feita”. Citou, especialmente, o que chamou de desmonte da Petrobras e o fato de o país estar exportando óleo cru enquanto importa 25% da gasolina que consome. “O Brasil vende

óleo cru e fica importando derivado quando, na verdade, o Brasil deveria estar exportando derivados. Era por isso que a gente queria criar as cinco refinarias, para que o Brasil aproveitasse o pré-sal e passasse a exportar derivados e não comprar derivados e vender óleo cru”, disse.

DATA DA NOTÍCIA: 07/02/2023

Título: Lula diz que espera tratar de Cuba e Venezuela com Biden e que Brasil não dará ajuda militar à Ucrânia

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78997/lula-diz-que-espera-tratar-de-cuba-e-venezuela-com-biden-e-que-brasil-nao-dara-ajuda-militar-a-ucrania>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil quer discutir a paz na Ucrânia, e não uma eventual participação no esforço de guerra contra o país.

A afirmação ocorreu em entrevista coletiva a 40 veículos independentes e influenciadores digitais nesta terça-feira (07/02). À pergunta de Opera Mundi sobre como reagiria caso Joe Biden demandasse uma participação do Brasil num eventual esforço de guerra contra a Ucrânia, Lula respondeu que não espera que o presidente norte-americano faça essa sugestão na viagem presidencial do brasileiro ao país.

“Não acredito que o presidente Biden venha me convidar para participar do esforço de guerra pela Ucrânia, porque o Brasil não participará. Eu, na última viagem do chanceler alemão (ao Brasil), ele (Olaf Scholz) queria que nós vendêssemos para a Alemanha a munição que o Brasil tem”, disse. O pedido referia-se à munições para os canhões de tanques Leopard, que fazem parte do arsenal do Exército brasileiro e que são fabricados pela Alemanha.

Lula disse ainda que sugeriu ao presidente francês Emmanuel Macron a criação de uma espécie de “G20 da paz”. “Hoje não temos ninguém discutindo paz. Ninguém. Os Estados Unidos não discutem a paz. A Europa toda está envolvida na guerra, direta ou indiretamente. Então, quem pode negociar a paz? Os países que não estão envolvidos na guerra”, afirmou Lula.

Entre os países que poderiam compor o grupo, Lula citou, além do Brasil, China, Índia, México e Indonésia.

Lula também afirmou que espera tratar do bloqueio a Cuba e Venezuela com Biden. Segundo ele, em todos os encontros que teve com o presidente George Bush, nos seus primeiros mandatos na Presidência da República, nos anos 2000, Cuba foi um tema de conversa.

“Eu não posso antecipar quais serão os temas da conversa”, disse Lula, sobre o encontro com Biden. Em seguida, ele completou: “todas as vezes que eu conversei com o Bush, todas as vezes que eu conversei com o (Barack) Obama, Cuba sempre esteve na pauta. Até porque eu não consigo entender por que eles mantêm um bloqueio a Cuba durante tantos anos, tantas décadas”.

O presidente também falou sobre Venezuela, também submetida a políticas de bloqueio pelos Estados Unidos. “Imagino que a Venezuela também estará na pauta, porque nós vamos discutir o fortalecimento da América do Sul, e o Brasil tem muitas responsabilidades aqui na América do Sul. Nós temos 16 mil quilômetros e meio de fronteiras secas com os países da América do Sul. O Brasil tem o interesse de que a América do Sul esteja em paz. A América do Sul precisa se desenvolver e crescer economicamente”, disse.

Sobre a viagem aos Estados Unidos, Lula disse esperar tratar também de outros temas. “Também temos interesses na questão do clima, discutir as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, transferência de conhecimento em ciência e tecnologia entre Brasil e Estados Unidos, discutir a China... ou seja, eu espero que seja uma pauta o mais ampla possível, sem abdicar dos nossos problemas sobre a nossa querida América do Sul, o nosso Mercosul, a nossa América Latina”, afirmou a Opera Mundi.

DATA DA NOTÍCIA: 07/02/2023

Título: Governo brasileiro aceita participar das conversas de paz entre Colômbia e ELN

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/78994/governo-brasileiro-aceita-participar-das-conversas-de-paz-entre-colombia-e-eln>

O governo brasileiro aceitou, na última segunda-feira (06/02), o convite da Colômbia para retomar sua participação na Mesa de Diálogos de Paz entre o Estado colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro afirmou que o país volta a integrar o processo, definido como "fundamental para a consolidação da paz na Colômbia e de grande importância, por consequência, para a região e para o mundo".

O Brasil já havia contribuído com as negociações entre o governo colombiano e o ELN anteriormente, até a interrupção dos diálogos de paz em 2019.

A retomada das conversas entre as partes é uma das prioridades do presidente do país, Gustavo Petro, que foi eleito em 2022 promovendo uma política de "paz total".

Os diálogos foram retomados em 21 de novembro de 2022, quando o governo colombiano e a guerrilha começaram a integrar uma mesa de diálogo que tinha como objetivo negociar um acordo de paz.

Em 25 de novembro, Cuba, Venezuela e Noruega se tornaram países garantes do processo, e Brasil, Chile e México também foram convidados para exercer a função.

DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2023

Título: Alta de alimentos pressionam inflação de janeiro e turbina disputa entre governo e BC

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/09/alta-de-alimentos-pressiona-inflacao-de-janeiro-e-turbina-disputa-entre-governo-e-bc>

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura a inflação oficial do país, ficou em 0,53% em janeiro deste ano. A variação foi causada principalmente pelo aumento dos preços dos alimentos, que subiram 0,59% no mês. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação de janeiro é menor que as observadas em dezembro (0,62%) e em janeiro de 2022 (0,54%), o que indica uma tendência de queda no índice. Ainda assim, em 12 meses, o IPCA acumula inflação de 5,77%, cerca de 1 ponto percentual acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CNM) para o final do ano.

O CNM estabeleceu, ainda em 2020, que a inflação no Brasil teria de ser de 3,25% em 2023, podendo chegar a 4,75%. O Banco Central (BC), instituição responsável pelo controle do aumento de preços, elevou a taxa básica de juros da economia, a Selic, para tentar conter o índice.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, tem criticado o alto patamar dos juros brasileiros porque eles inibem o crescimento da economia do país. Hoje, o país é o que tem a maior taxa de juros reais do mundo (Selic descontada a inflação).

Lula tem afirmado que a alta dos juros promovida pelo BC é inútil pois o país sofre com inflação provocada por preços de alguns setores específicos. Durante 2021 e 2022, últimos anos da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o índice ficou acima da meta do CMN principalmente por conta da alta dos alimentos e dos combustíveis.

Só em janeiro deste ano, a batata-inglesa subiu 14,14%; o tomate, 3,89%; as frutas, 3,69%; e o arroz, 3,13%. Já a gasolina subiu 0,83% em parte porque a antiga gestão da Petrobras reajustou o preço do produto vendido às distribuidoras.

DATA DA NOTÍCIA: 09/02/2023

Título: PSOL pede cassação de Damares no Senado por negligência com população Yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/09/psol-pede-cassacao-de-damares-no-senado-por-negligencia-com-populacao-yanomami>

A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados ingressou, nesta quinta-feira (9), com uma representação no Conselho de Ética do Senado contra a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) por negligência diante das necessidades do povo Yanomami quando a

parlamentar atuava como ministra dos Direitos Humanos da gestão Bolsonaro, entre 2019 e 2022.

Os psolistas se baseiam em um relatório produzido recentemente pelo atual líder da pasta, Silvio Almeida, que apontou falta de atenção do ministério de Damares a diferentes denúncias feitas por órgãos e entidades nacionais e internacionais a respeito da crise humanitária que vinha afligindo a população local.

"O relatório do ministro Silvio Almeida demonstra com documentação que o ministério tinha plena consciência do que estava acontecendo lá. Havia conhecimento. Havendo conhecimento, ficam registradas tanto a omissão do ministério quanto algumas ações, como o veto ao fornecimento de água para aquela comunidade. Seja por ação, seja por omissão, nós entendemos que é possível a tipificação penal do crime de genocídio", argumenta o deputado pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ).

Ele acrescenta que a denúncia abre a possibilidade de a ex-ministra se explicar a respeito do assunto. "Recentemente, numa entrevista, ela falou, de forma até um tanto quanto exaltada, que iria se manifestar nos autos do processo. E agora ela vai ter a oportunidade de, no Conselho de Ética, falar sobre isso. É grave o que está acontecendo lá [em Roraima] e não me parece que foi uma questão de incompetência, muito menos de desconhecimento", emenda Vieira.

Ele destaca que o relatório produzido por Almeida traz detalhamento de ofícios, denúncias e outros elementos que compõem um material comprobatório contra Damares.

O documento menciona, por exemplo, sete processos administrativos relacionados a alertas emitidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), pelo Ministério Público Federal (MPF) e outros órgãos. Silvio Almeida aponta que, entre outras coisas, a gestão de Damares teria transferido responsabilidades suas para instâncias como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e o Ministério da Justiça.

A representação entregue ao Conselho de Ética pelo PSOL é assinada pelos 13 parlamentares que compõem a bancada da sigla na Câmara e também pelo presidente nacional do partido, Juliano Medeiros. A denúncia precisa ser avaliada pelos membros do colegiado, que tem 15 senadores titulares e 15 suplentes. Esse tipo de processo pode resultar em medidas disciplinares, como é o caso de advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato ou mesmo perda do mandato, a depender da decisão tomada pela comissão.

DATA DA NOTÍCIA: 11/02/2023

Título: Retorno da Venezuela ao Mercosul interessa ao Brasil, mas outros membros devem impor obstáculo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/11/retorno-da-venezuela-ao-mercosul-interessa-ao-brasil-mas-outros-membros-devem-impor-obstaculo>

O retorno de Lula à Presidência alterou a correlação de forças políticas na América do Sul e abriu novas possibilidades de aproximação com parceiros comerciais estratégicos dos quais

o país havia se afastado nos últimos anos, como a Venezuela. Extremamente dependente da renda petroleira, o país andino é tradicionalmente um comprador de bens de consumo brasileiros, o que nos últimos 20 anos rendeu ao Brasil uma balança comercial superavitária.

No entanto, a partir de 2017, os negócios entre Brasil e Venezuela caíram a níveis comparados aos do começo do século, muito por conta da crise econômica venezuelana e, em seguida, do rompimento diplomático levado a cabo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Os laços, agora, podem ser retomados e aprofundados, principalmente se a Venezuela retornar ao Mercosul.

Em entrevista à agência Sputnik, o diretor do Mercosul no Itamaraty, Francisco Cannabrava, chegou a afirmar que o Brasil pretende retomar as conversas com Caracas e anular a suspensão do país do bloco comercial.

Para o professor de Relações Internacionais da UFABC Igor Fuser, a reintegração do país vizinho a essas esferas de comércio seria economicamente positiva não só para o Brasil, mas também para os outros países-membros.

"A Venezuela é um país que, por suas características, importa muitos produtos, especialmente alimentos, que são produzidos de uma forma muito intensa pelos países do Mercosul, e o Brasil é também um produtor de certo peso de produtos manufaturados. Então o retorno da Venezuela ao Mercosul facilita a conquista desses mercados por empresas do Brasil, da Argentina, também do Uruguai e do Paraguai", explica.

Ao Brasil de Fato, o professor ainda argumenta que, para além dos motivos econômicos, a presença do país no bloco é estratégica para manter uma unidade sul-americana em torno de pautas comuns em negociações com outras potências.

DATA DA NOTÍCIA: 13/02/2023

Título: "É um caso de lesa-humanidade", conclui missão de direitos humanos em visita ao Peru

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/13/e-um-caso-de-lesa-humanidade-conclui-missao-de-direitos-humanos-em-visita-ao-peru>

Uma Missão Internacional de Solidariedade e Direitos Humanos concluiu nesta segunda-feira (13) sua visita ao Peru. O grupo formado por 17 defensores de direitos humanos e parlamentares argentinos acompanhou as manifestações, encontrou-se com vítimas e representantes de diversas organizações da sociedade civil, como sindicatos e veículos de imprensa, desde o dia 7 de fevereiro.

"O sofrimento peruano nos exige o máximo compromisso com as denúncias das violações aos direitos humanos que se vivem aqui", disse uma das representantes da missão, Marianela Navarro.

Para a delegação, essa visita foi o que garantiu a coleta das denúncias das vítimas, uma vez que as instituições estariam "acobertando" as violações cometidas pela força pública.

"É um caso de lesa humanidade", disse o deputado argentino Juan Marino (Frente de Todos). O congressista denunciou que as autoridades não responderam ao pedido formal da Missão de visitar o ex-presidente Pedro Castillo, preso desde 7 de dezembro numa prisão de segurança máxima, na região metropolitana de Lima.

Além da capital, Lima, a missão internacional esteve em Cusco, Juliaca, Ayacucho, Ica, e visitou zonas que permanecem sob intervenção militar no sul do país.

A missão recebeu 144 denúncias, incluindo agressões físicas, tortura e disparos com arma de fogo. Para a missão, Juliaca pode ser considerada o "epicentro" da repressão com 20 homicídios. Uma das histórias detalha o homicídio de Yamilet Nataly Aroquipa Hanco, uma jovem de apenas 17 anos.

De acordo com os relatos, 83% das violações foram fruto da repressão policial e 10,7% de ação das Forças Armadas. Em algumas regiões ainda há denúncias de presença de paramilitares.

DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2023

Título: CPI dos atos antidemocráticos aprova quebra de sigilo e convocação de Anderson Torres

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cpi-df-atos-antidemocraticos-quebra-sigilo-convocacao-anderson-torres/>

Na primeira reunião da CPI dos Atos Antidemocráticos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), nesta terça-feira (14), os deputados distritais aprovaram a convocação do ex-secretário de Segurança Pública do DF (SSP-DF) Anderson Torres. Além disso, a CPI aprovou a quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático do próprio ex-secretário. Também ex-ministro da Justiça no governo Bolsonaro, Torres está preso desde 14 de janeiro, sob suspeita de facilitar a atuação dos golpistas.

A comissão vai investigar não apenas a tentativa de golpe que culminou com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, como também os atos de vandalismo que ocorreram no dia 12 de dezembro, na capital federal.

No dia da diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 12 de dezembro, bolsonaristas queimaram cinco ônibus e três carros e tentaram invadir a sede da Polícia Federal. Assim como ocorreu quase um mês depois, a Polícia Militar do DF se omitiu diante dos atos de vandalismo. Naquela ocasião, ninguém foi preso.

Outros convocados pela CPI são os ex-secretários da Secretaria de Segurança Pública - DF, Júlio de Souza Danilo e Fernando de Sousa Oliveira, além do ex-comandante da PM do DF, Coronel Fábio Augusto Vieira.

Além da atitude omissiva dos agentes públicos, o parlamentar afirmou que a CPI quer saber quem financiou, e por quais motivos, os atos antidemocráticos, "para que nunca mais isso venha a acontecer nesse país".

A CPI requereu ainda que a Polícia Militar informe a relação de policiais que estavam designados para o acompanhamento dos atos. Além disso, a Corregedoria da PM-DF deve

compartilhar todas as informações referentes às investigações internas sobre a atuação da tropa no dia 8 de janeiro. Do mesmo modo, a Polícia Civil do Distrito Federal (PC-DF) também deve enviar à comissão os dados de todas as investigações em curso.

Também solicitou à Câmara dos Deputados e ao Senado as imagens internas e externas da invasão. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também deve enviar aos parlamentares os alertas que foram feitos para a SSP- DF, sobre o risco de invasão.

DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2023

Título: Lesa Pátria: PF cumpre oito mandados de prisão em operação contra envolvidos no 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/lesa-patria-pf-cumpre-oito-mandados-de-prisao-em-operacao-contr-a-envolvidos-no-8-de-janeiro>

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta terça-feira (14), a sexta fase da Operação Lesa Pátria, que tem como alvos os suspeitos de envolvimento nos atos terroristas de 8 de janeiro, na sede dos Três Poderes, em Brasília (DF).

No total, os policiais cumprem oito mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão. As medidas foram expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para os estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo.

Os alvos são investigados pelos crimes de “abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”, informou a PF.

A Operação Lesa Pátria é tratada pela PF como permanente. A primeira fase foi deflagrada em 20 de janeiro, com oito mandados de prisão e 16 buscas e apreensões.

De acordo com o balanço da PF, até o dia 9 de fevereiro, os agentes já cumpriram 17 mandados de prisão preventiva, três de prisão temporária e 38 de busca e apreensão.

DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2023

Título: Governo relança Minha Casa Minha Vida sob expectativas de subsídios e melhorias

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/governo-relanca-minha-casa-minha-vida-sob-expectativas-de-subsidios-e-melhorias>

O presidente Lula (PT) viaja nesta terça-feira (14) a Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, para relançar o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Criado em 2009, o programa financiou a construção de cerca de 5,7 milhões de moradias, mas foi encerrado em 2020, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Bolsonaro substituiu o MCMV pelo chamado Casa Verde Amarela, o qual nunca teve orçamento para viabilizar a construção de tantas residências. O programa do governo Bolsonaro ainda reduziu o acesso a moradias aos mais pobres e também eliminou a participação de movimentos sociais na execução do programa.

Segundo Camila D'Ottaviano, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o foco na baixa renda e a participação de entidades sociais no MCMV foram suas características mais positivas. Segundo ela, famílias com renda de até R\$ 1.800 por mês conseguiam subsídios governamentais de até 95% para comprar um imóvel.

Isso, segundo ela, realmente conseguiu fazer com que pessoas de baixa renda conseguissem comprar um imóvel próprio regularizado. "Isso não existiu em programas anteriores, não existia na época do BNH [Banco Nacional da Habitação]."

D'Ottaviano explicou também que o governo federal conseguiu, por meio do MCMV, fazer parcerias com movimentos de moradias para que eles mesmo viabilizassem soluções para acomodação de seus integrantes. "Foi um subprograma, de menor escalada, mas que contratou cerca de 72 mil unidades das mais de 5 milhões totais", explicou.

Fabricio Leal de Oliveira, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), também considera os dois pontos apontados por D'Ottaviano como essenciais para o MCMV e vê com bons olhos seu relançamento. Faz, contudo, ressalvas.

"É importante a retomada de investimento do governo na habitação popular em um país que tem déficit habitacional de cerca de 6 milhões de moradias", afirmou ele. "Mas o MCMV tem que mudar."

Segundo ele, muitas moradias do MCMV foram construídas nas regiões mais afastadas das grandes cidades, ainda sem oferta de serviços públicos, como saúde, educação e transporte público. Leal lembrou que conjuntos habitacionais financiados pelo programa apresentaram problemas construtivos. Também acabaram dominados por grupos criminosos já que ficaram isolados em áreas remotas.

Para Leal, o novo MCMV tem que levar em conta esses problemas de segurança. Precisa pensar também que muitos beneficiários para condomínios do programa não têm condições de arcar com contas de água e luz – o que geralmente não pagavam quando moravam em favelas, por exemplo.

DATA DA NOTÍCIA: 14/02/2023

Título: Governo da Colômbia propõe criar sistema de saúde público e convoca base social para ato

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/governo-da-colombia-propoe-criar-sistema-de-saude-publico-e-convoca-base-social-para-ato>

O governo da Colômbia apresentou um projeto de reforma da saúde para criar um sistema público e universal de atenção primária. O projeto "A mudança para a saúde" possui 152 artigos e foi entregue ao Congresso na última segunda-feira (13). "Queremos reivindicar o direito fundamental à saúde", disse a ministra que lidera a pasta, Carolina Corcho, durante a apresentação do projeto.

A legislação entra numa esteira com outras cinco reformas de base apresentadas pelo governo nos primeiros seis meses de gestão, são elas: reforma tributária, reforma política, reforma no sistema educacional, o plano de desenvolvimento nacional e a lei de "paz total".

Para levar adiante as novas políticas, o presidente Gustavo Petro convocou a população a uma manifestação nacional em apoio às "reformas sociais do governo da mudança" nesta terça-feira (14).

"Fui muito bem atendido pelos médicos das instituições privadas. Não tenho o que reclamar, na verdade, salvaram minha vida. Mas o meu privilégio não é o mesmo da mulher grávida em Letícia, ou em Chocó, não é o mesmo privilégio das crianças de La Guajira ou dos camponeses no interior do país", declarou Petro ao defender sua proposta. O presidente ainda defendeu que o atual modelo privilegia uma visão de que a saúde é um negócio e os pacientes são clientes.

Diante das críticas, sobretudo do setor privado, a ministra de Saúde insiste que serão incorporados os melhores aspectos do atual sistema de saúde.

A nova lei altera as funções das Entidades Promotoras de Saúde (EPS), que atualmente atuam de maneira similar às Organizações Sociais (OSs) no Brasil: entidades privadas que gerenciam unidades de atenção primária em saúde e fazem a regulação das consultas, exames e outros atendimentos.

A proposta é de que o Estado seja responsável por negociar contratos com prestadores de serviço privados em saúde e também não serão criadas novas EPS. No lugar serão criados os Centros de Atenção Primária em Saúde (CAPS) com financiamento público. A ideia é abrir três mil CAPS para que cada unidade atenda a um conjunto de até 20 mil usuários.

A legislação em discussão também recupera o Fundo Único Público de Saúde e dá maior autoridade à Superintendência de Saúde para fiscalizar o orçamento geral e ainda prevê a criação do Conselho Nacional de Saúde, que irá regular e fiscalizar os serviços de saúde em todo o país.

DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2023

Título: Funai gastou mais de R\$ 5 milhões com salário-extra para militares em cargos de confiança

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/16/funai-gastou-mais-de-r-5-milhoes-com-salario-extra-para-militares-em-cargos-de-confianca>

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) gastou mais de R\$ 5 milhões com o salário-extra de 74 militares que trabalharam no órgão durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O valor milionário corresponde ao acréscimo que os integrantes das Forças Armadas tiveram em seus rendimentos mensais por ocuparem cargos de confiança na gestão bolsonarista.

Nomeados na Funai entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, os oficiais receberam tanto o valor equivalente ao exercício militar – mesmo quando estão na reserva ou reformados – quanto a remuneração paga pelo órgão.

A lista atualizada dos nomes de militares, com cargos, data de ingresso e saída do posto comissionado foram obtidas pelo Brasil de Fato por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O documento atualiza informações que foram divulgadas ao longo do governo Bolsonaro e faz um balanço da presença de integrantes das Forças Armadas e das Polícias Militares na Funai.

De acordo com informações do Portal da Transparência, o número total de cargos de confiança na Funai é de 835. Os militares representaram, portanto, quase 10% dos funcionários de livre nomeação no governo Bolsonaro.

Organizações indígenas denunciaram, desde o início do governo passado, que a militarização da Funai prejudicou a interlocução entre as chefias regionais e povos originários. Quase sempre, os militares em cargos de confiança ocuparam o lugar de indigenistas experientes e tornaram a gestão menos democrática e eficiente, de acordo com entidades que atuam no tema.

DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2023

Título: Governo Lula vai investir R\$ 2,4 bilhões para reconstruir SUAS e fortalecer Cadastro Único

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/16/governo-lula-vai-investir-r-2-4-bilhoes-para-reconstruir-suas-e-fortalecer-cadastro-unico>

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) anunciou, nesta semana, que destinará R\$ 2,2 bilhões para estados e municípios e outros R\$ 200 milhões adicionais para o Programa de Fortalecimento do Atendimento do Cadastro Único no SUAS (Procad-SUAS).

O Cadastro Único é a ferramenta de identificação das famílias brasileiras de baixa renda, conduzidas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com a inscrição no Cad-Único, é possível acessar programas como Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa, Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

Entre as ações anunciadas pelo governo Lula e formalizadas em resolução publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (16), está a revisão cadastral com base na composição familiar e de renda. Entre março e dezembro, 5 milhões de beneficiários que declaram ser unipessoais (cadastros de pessoas que disseram morar sozinhas) terão os dados revisados. Conforme levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU), o MDS também fará a verificação de 2,5 milhões de beneficiários que apresentam indícios de irregularidades de renda e não atendem aos critérios do programa.

“O objetivo dessa iniciativa é abrir a porta e dar as mãos aos mais pobres, incluir quem está de fora e corresponde aos critérios e excluir quem está recebendo irregularmente. Quem realmente precisa da transferência de renda não será desligado”, afirmou, em nota, Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O ministro disse que dentre os irregulares na transferência de renda, vários podem estar aptos a integrar outras políticas sociais: “Essas pessoas serão mapeadas e entrevistadas. Nós vamos entender o contexto de cada caso e fazer os encaminhamentos adequados, pois sabemos que muitas pessoas precisam e serão abraçadas pelos diversos outros programas sociais do Governo Federal”.

DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2023

Título: Bolsonaro conversa com Javier Milei para definir "estratégia conjunta" em eleições da Argentina

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/16/bolsonaro-conversa-com-javier-milei-para-definir-estrategia-conjunta-em-eleicoes-da-argentina>

O deputado Javier Milei (Liberdade Avança) conversou com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para definir uma "estratégia conjunta" para as eleições gerais na Argentina, previstas para novembro deste ano. Milei e Bolsonaro dizem que querem "combater o avanço do socialismo".

"Entramos num acordo de que é fundamental dar a batalha contra o socialismo no continente sobre a base dos valores de Deus, pátria, família e liberdade", publicou em comunicado nas suas redes sociais o líder de extrema direita da Argentina.

Os dois políticos ainda compararam o Grupo de Puebla, iniciativa liderada por ex-chefes de Estado e outros expoentes do progressismo latino-americano, com uma nova versão da União Soviética, e por isso buscam convocar um "congresso da direita" na Argentina este ano.

Em 2021, a família Bolsonaro organizou em Brasília a Conferência de Ação Conservadora na Política (CPAC, na sigla em inglês), que contou com a participação de Donald Trump Jr. e outras figuras de extrema-direita do continente.

Neste mesmo ano, Eduardo Bolsonaro foi convidado para a edição argentina da CPAC, protagonizada pelo partido Liberdade Avança, de Javier Milei.

O deputado argentino se apoia num discurso de "outsider" da política para tentar despontar como alternativa ao peronismo, com a Frente de Todos, e o macrismo, representado pela chapa Juntos pela Mudança.

"Nossos inimigos são os políticos, esta casta", disse Milei (Liberdade Avança) em entrevista a meios locais, fazendo referência aos seus oponentes.

Milei teria 41% das intenções de voto contra 36% da atual vice-presidenta, Cristina Kirchner, e 24% do ex-presidente Mauricio Macri, de acordo com pesquisa de opinião da consultora Inovação, Política e Desenvolvimento (IPD), realizada nos dias 15 e 19 de janeiro, com 1.011 entrevistados.

Assim como outros expoentes da extrema direita, Milei fez eco das versões instaladas pelo bolsonarismo de que houve fraude nas eleições brasileiras.

DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2023

Título: Peru: presidente reúne partidos de direita para selar aliança por novas eleições

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79164/peru-presidente-reune-partidos-de-direita-para-selar-alianca-por-novas-eleicoes>

A presidente do Peru, Dina Boluarte, se reuniu nos últimos dias com os líderes das duas maiores bancadas do Congresso, ambas de direita, com o objetivo de selar uma aliança que garanta a aprovação do último projeto capaz de antecipar as próximas eleições presidenciais para uma data ainda em 2023.

Os encontros aconteceram no Palácio Pizarro, sede do Poder Executivo peruano, em Lima. Primeiro, a mandatária recebeu a líder do partido Força Popular, Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, na noite desta quarta-feira (15/02). Na manhã desta quinta (16/02), foi a vez de César Acuña, do partido ultraliberal Aliança pelo País (APP).

Segundo o jornal La República, Boluarte pretende selar um acordo com diferentes bancadas para tentar a aprovação do projeto governamental que prevê eleições gerais no país em outubro de 2023, com possível segundo turno em novembro, mas sem a realização de um referendo para convocação de uma assembleia constituinte.

O projeto está paralisado no Congresso e a iniciativa para retomar sua discussão precisa de maioria simples, ou seja, 66 votos a favor de um total de 130. Essa votação deve acontecer amanhã, já que o governo teria conseguido o apoio de ambos os partidos de direita.

O problema será conseguir a aprovação da proposta em si, que por ser uma reforma constitucional requer um quórum de dois terços, ou seja, 87 votos favoráveis. Este projeto do governo é o quarto que tenta antecipar uma eleição que está programada para acontecer em abril de 2026. Todas as iniciativas fracassaram até agora – algumas sequer atingiram a maioria simples.

A imprensa peruana não informou se Boluarte pretende se reunir também com os representantes dos partidos de Esquerda, como Peru Livre (ex-partido da presidente) e Juntos Pelo Peru, os quais têm sido decisivos para a não aprovação dos projetos anteriores, devido a que estes exigem que seja incluído um referendo constituinte no primeiro turno das hipotéticas eleições de 2023.

Desde o início da crise política no Peru – após a destituição do agora ex-presidente Pedro Castillo, em 7 de dezembro de 2022 –, o país registrou diversas grandes manifestações em várias cidades do país, nas quais as organizações sociais desconhecem a autoridade de Boluarte, exigem a antecipação das eleições e também a realização do referendo constituinte.

DATA DA NOTÍCIA: 16/02/2023

Título: "Acabou o liberou geral de armas de fogo no Brasil", afirma Dino

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse hoje (16) acabou o “liberou geral de armas” no país, ao comentar decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu a constitucionalidade do decreto presidencial que limita o acesso a armas de fogo e determina o recadastramento.

Até o momento, segundo o ministro, cerca de 66,5 mil armas no poder de CACs (caçadores, colecionadores, atiradores e particulares) e 2,2 mil armas de uso restrito foram recadastradas. O número equivale a 10% das armas que devem ser recadastradas no país. O total é estimado entre 700 mil e 800 mil armas.

Na avaliação de Dino, com a decisão do STF, deve haver um aumento no número de armas recadastradas. “A nossa expectativa é que esse número cresça nos próximos dias, uma vez que havia a ilusão de alguns que o decreto do presidente Lula seria revogado e não há nada disso. O prazo está fluindo e a decisão do Supremo confirma o caminho que foi decidido pelo presidente da República e vamos levar adiante esse recadastramento”, disse.

O recadastramento deve ser feito até o final de março e quem não fizer, poderá sofrer sanções. “A Polícia Federal fará esse recadastramento até o final de março para as armas de uso permitido e de uso restrito. Quem não se recadastrar, automaticamente essas armas passarão a ser proibidas e, por isso, estarão sujeitas à apreensão e os proprietários estarão cometendo crimes”, alertou Dino.

Desde o início da vigência do decreto, em janeiro, o ministro destacou queda no número de armas de fogo registradas no país: 3.888 armas em janeiro de 2023, contra 9.719 no mesmo mês de 2022.

Dino adiantou que a regulamentação sobre acesso a armas será revista e há estudo para a criação de um programa de recompra de armas indisponíveis para a população. “Pedimos que as pessoas cumpram a lei, entendam que a lei tem que ser cumprida no Brasil. O recadastramento é que vai permitir que a gente dimensione o programa de recompra”, disse.

DATA DA NOTÍCIA: 17/02/2023

Título: Petro e Maduro se reúnem na fronteira, acertam 'abertura total' e falam em reativar comércio

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/17/petro-e-maduro-se-reunem-na-fronteira-acertam-abertura-total-e-falam-em-reativar-comercio>

Os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e da Venezuela, Nicolás Maduro, se reuniram nesta quinta-feira (16) na fronteira entre os dois países, nos estados de Norte de Santander e Táchira, para assinar um acordo comercial. Este foi o terceiro encontro entre os mandatários desde que Petro chegou à Presidência, em agosto de 2022, e decidiu retomar relações diplomáticas com o país vizinho.

Segundo comunicado, o acordo firmado visa a "abertura total da fronteira" e combater as travessias migratórias e comerciais irregulares que vinham acontecendo desde que as passagens foram fechadas.

Petro e Maduro ainda celebraram um acordo prévio assinado por Caracas e Bogotá no início do mês que pretende estabelecer um marco jurídico para investimentos fronteiriços conjuntos e fortalecer a balança comercial entre os países.

Entre 2018 e 2019, o fluxo comercial entre os países registrou a pior queda dos últimos 20 anos e em 2020 as atividades alcançaram os níveis mais baixos das duas últimas décadas. A crise econômica venezuelana e o rompimento de relações induzido pelo ex-presidente de direita colombiano Iván Duque foram as principais causas da redução comercial entre Colômbia e Venezuela.

Agora, com relações normalizadas e novos acordos comerciais, os países pretendem estimular os negócios bilaterais. Historicamente um país importador de bens de consumo, a Venezuela espera encontrar no vizinho fontes para suprir sua demanda interna. Já a Colômbia busca vantagens no comércio do gás e da ureia venezuelana. Os presidentes ainda mencionaram a proposta de estabelecer uma Zona Econômica Especial na fronteira, que criasse facilidades alfandegárias e financeiras para atrair empresas de ambos os países.

DATA DA NOTÍCIA: 18/02/2023

Título: CGU dá prazo de 10 dias para fim de sigilo de processo contra Pazuello

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/18/cgu-da-prazo-de-10-dias-para-fim-de-sigilo-de-processo-contrapazuello>

A Controladoria-Geral da União (CGU) deu prazo de 10 dias para que o Comando do Exército libere acesso ao processo disciplinar contra o ex-ministro da Saúde e general Eduardo Pazuello. Não há mais recurso administrativo contra a decisão.

No dia 23 de maio de 2021, já fora do cargo de ministro, Pazuello subiu no palanque do então presidente Jair Bolsonaro, em evento político realizado no Rio de Janeiro.

O caso motivou investigação por parte do Exército, uma vez que oficiais da ativa não podem participar de eventos político-partidários sem autorização do Comando. No entanto, Pazuello acabou absolvido da infração disciplinar e a investigação foi posta em sigilo de 100 anos.

De acordo com parecer da CGU, a transparência é regra no trato dos assuntos de interesse público. Como o processo já foi encerrado, não há justificativa para a manutenção do sigilo.

DATA DA NOTÍCIA: 19/02/2023

Título: Governo do México decreta a nacionalização do lítio

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79205/governo-do-mexico-decreta-a-nacionalizacao-do-litio>

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, assinou neste sábado (18/02) um decreto que declara o lítio como propriedade da nação, assegurando que a exploração do recurso mineral será de competência exclusiva do Estado.

A partir dessa medida, os cerca de 235 mil hectares de reservas de lítio mexicanas [boa parte deles pertencentes ao estado de Sonora, no Norte do país] passam a ser propriedade estatal.

A cerimônia de assinatura do decreto aconteceu justamente em Sonora, onde se encontra a maioria das jazidas de lítio que o México possui.

Em seu discurso após firmar o documento, Obrador declarou que “o petróleo e o lítio são propriedade da nação, de todos os mexicanos”.

Em seguida, acrescentou que “o que estamos fazendo agora tem como objetivo garantir que a exploração desse mineral seja em benefício dos mexicanos, não dos estrangeiros, nem da Rússia, nem da China, nem dos Estados Unidos”.

Também fica estipulado que o Ministério da Energia será responsável por realizar um trabalho de acompanhamento da extração do lítio, material que é essencial para os carros elétricos, uma vez que é a base para a elaboração das baterias que estes utilizam.

Além do México, outros países latino-americanos que possuem grandes reservas de lítio são a Bolívia, a Argentina e o Chile. Entre eles, apenas a Bolívia tem o recurso nacionalizado.

DATA DA NOTÍCIA: 19/02/2023

Título: Plano de industrialização do lítio boliviano é retomado em parceria com China

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/19/plano-de-industrializacao-do-litio-boliviano-e-retomado-em-parceria-com-china>

A Bolívia retomou seu plano de industrialização do lítio, a partir de uma parceria com China, firmada há poucas semanas, com a promessa de ampliar a capacidade de produção anual do composto químico, fundamental na fabricação de baterias elétricas para equipamentos eletrônicos e automóveis.

O atual presidente boliviano, Luis Arce, assinou um convênio com o consórcio CBC - integrado pelas companhias chinesas Contemporary Amperex Technology Limited (CATL), Brunp e China Molybdenum Company Limited (CMOC) - para instalar duas plantas de produção de carbonato de lítio nos salares bolivianos de Coipasa e Uyuni.

Com investimento de mais de US\$ 1 bilhão (quase R\$ 5,2 bilhões), cada planta teria capacidade de produzir 25 mil toneladas por ano de carbonato de lítio. Para se ter uma ideia, mesmo batendo recorde, em 2022 a produção anual boliviana do composto foi de apenas 600 toneladas, ou 40 vezes menos do que a estimativa de cada fábrica, segundo dados divulgados recentemente pela estatal Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB).

Vale lembrar que o lítio boliviano já esteve no centro de diversos impasses internacionais e até tentativas de golpe de Estado. Em 2019, o ex-presidente boliviano Evo Morales afirmou

que o golpe contra seu governo, em novembro daquele ano, foi um “golpe pelo lítio”. Durante a última campanha eleitoral, o atual presidente boliviano, Luis Arce, reafirmou a fala de Evo: “o golpe não foi contra os indígenas, mas pelo lítio. Foi desenhado por transnacionais interessadas em sua privatização e na do gás”.

O ministro de Hidrocarbonetos e Energias, Franklin Molina Ortiz, afirmou que o consórcio construirá a planta e vai operá-la sob um modelo de prestação de serviços para YLB. “A Bolívia está implementando um modelo bastante revolucionário, onde tanto a exploração, como a industrialização e a comercialização são propriedade da YLB, ou seja, a YLB tem cem por cento de participação”, disse ao canal Bolivisión. “A propriedade, em nenhum momento, passa a ter outras características: aqui não tem associação de 50%-50%, a propriedade é da YLB”.

DATA DA NOTÍCIA: 21/02/2023

Título: DataSenado: 75% dos brasileiros defendem manutenção de programas de transferência de renda

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/21/datasenado-75-dos-brasileiros-defendem-manutencao-de-programas-de-transferencia-de-renda>

Pesquisa divulgada pelo Instituto DataSenado mostra que 75% dos brasileiros são a favor da manutenção de programas de transferência de renda. Intitulado "Panorama Político 2023", o estudo revela que somente 21% se mostram contrários à ideia, enquanto 4% não souberam responder.

O levantamento foi feito entre 8 e 26 de novembro de 2022, portanto, ainda durante a gestão Bolsonaro, quando o país encerrou o ano com 58,7% da população em situação de insegurança alimentar. O dado é do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, produzido pela Rede Penssan.

A pesquisa entrevistou 2.007 pessoas com idade a partir de 16 anos, por telefone, e vem à tona no momento em que o governo Lula redesenha o escopo do Bolsa Família, programa de transferência de renda que foi extinto pela gestão Bolsonaro em 2021 para dar lugar ao Auxílio Brasil. Um novo modelo deve ser apresentado pelo atual governo nas próximas semanas. A projeção é de que o presidente da República assine uma medida provisória sobre o tema no próximo dia 28

A pesquisa do Instituto DataSenado traz ainda outros destaques, como o fortalecimento da defesa do sistema democrático. Ao todo, 73% dos entrevistados concordam que "a democracia é sempre a melhor forma de governo". O índice representa um crescimento em relação ao estudo feito em dezembro de 2021, quando o percentual estava em 67%. Anteriormente, em janeiro de 2021, estava em 64%. O dado atual de 73% se aproxima do maior índice já registrado pelo levantamento nesse quesito, que esteve em 74% em junho de 2016. O estudo também aponta percentuais para a divisão da sociedade brasileira no que se refere a tendências político-ideológicas. Entre dezembro de 2021 e novembro de 2022, subiu de 11% para 17% os que se dizem de esquerda, enquanto saltou de 21% para 31% o contingente dos que se identificam mais com a direita.

Os respondentes que não optam por nenhuma das duas constituem 38%. No final de 2021, eles representavam 55%. As pessoas que se consideram alinhadas ao centro mantiveram o patamar de 9% nesses dois momentos.

DATA DA NOTÍCIA: 21/02/2023

Título: Peruanos convocam marchas em Lima e permanecem mobilizados contra Boluarte

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/21/peruanos-convocam-marchas-em-lima-e-permanecem-mobilizados-contraboluarte>

Com marchas convocadas para esta terça-feira (21) em Lima, capital do Peru, e bloqueios de vias instalados no interior do país, os peruanos completam 11 semanas consecutivas mobilizados em protesto contra o governo da presidente Dina Boluarte.

Os manifestantes pedem a renúncia da mandatária que assumiu após a destituição do ex-presidente Pedro Castillo, abrindo uma crise política que vem se agravando desde o dia 7 de dezembro.

Nesta segunda-feira (20), protestos foram registrados em diversas regiões do país. Trujillo, San Martín, Piura e Lambayeque foram algumas cidades que tiveram atos.

Além disso, movimentos populares planejam enviar delegações a Lima nos próximos dias para seguir com as marchas na capital.

De acordo com autoridades do governo, 9 rodovias estão bloqueadas por manifestantes em 35 pontos diferentes, a maioria delas no departamento de Puno, no interior do país. Segundo a Defensoria do Povo peruana, 48 pessoas já morreram durante os protestos.

Enquanto os manifestantes seguem mobilizados, o governo não dá sinais de que irá ceder. Ainda na segunda (20), o presidente do Partido Morado, Luis Durán, o mesmo de Boluarte, afirmou que a mandatária só deixará o cargo após novas eleições.

"A presidenta nos disse que não considera que seu governo é de transição e que, portanto, ela vai continuar até que o Congresso decida pelo adiamento de eleições", disse.

A renúncia de Boluarte e a convocação de eleições são as principais exigências dos manifestantes. Na última quinta-feira, a presidente se reuniu com líderes da direita parlamentar para discutir a realização do pleito presidencial ainda em 2023.

O objetivo é ganhar apoio de legendas conservadoras no Congresso para destravar o projeto capaz de adiantar as eleições. Boluarte chegou a se reunir, também, com a líder do partido Força Popular, Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori.

DATA DA NOTÍCIA: 22/02/2023

Título: Grupos feministas celebram 1 ano da despenalização do aborto na Colômbia: "um ano de liberdade"

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/22/grupos-feministas-celebram-1-ano-da-despenalizacao-do-aborto-na-colombia-um-ano-de-liberdade>

Organizações feministas e coletivos de mulheres celebraram na terça-feira (21) um ano da descriminalização do aborto até 24 semanas de gestação na Colômbia. A sentença C-055-22 foi fruto da pressão do movimento feminista no país que organizou uma campanha nacional levando o Tribunal Constitucional a aprovar o direito.

"Este feito histórico nos dá novos parâmetros e normas que temos de conhecer para defendermos o nosso direito", diz o comunicado conjunto da campanha em defesa do aborto.

O Movimento Causa Justa pelo Aborto celebrou "o poder do coletivo e do movimento, que tornou possível a descriminalização do aborto", enquanto os slogans levantados pelas mulheres defendem que "as feministas estão a mudar o mundo".

Nos últimos 12 meses, o Ministério da Saúde emitiu uma resolução para evitar barreiras na hora do acesso ao direito, estabelecendo que a interrupção da gravidez deve ser realizada em até cinco dias após a solicitação; também ampliou o período para a realização do procedimento por via de medicamentos de até 12 semanas. A medida ainda reafirma que menores de 18 anos podem realizar o aborto sem autorização de mães, pais ou responsáveis.

"Mas ainda há barreiras por derrubar. Nem todas as mulheres estão bem informadas, há médicos que mentem e dizem que é ilegal ou se negam a realizar o serviço e não remetem a alguém que o faça. Sem contar que as mulheres imigrantes também enfrentam xenofobia", denunciou a congressista Jennifer Pedraza Sandoval.

"Apostamos pela despenalização social para deixar para trás estigmas e mentiras", concluiu a parlamentar e militante do movimento Causa Justa pelo Aborto.

DATA DA NOTÍCIA: 23/02/2023

Título: Militares que cometeram crimes serão responsabilizados, afirma Flávio Dino

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-que-cometeram-crimes-serao-responsabilizados-afirma-flavio-dino/>

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou nesta quinta-feira (23) que militares que participaram da tentativa de 8 de Janeiro serão responsabilizados. Em entrevista ao jornalista Breno Altman, no canal do *Opera Mundi*, o ministro disse também que seria injusto colocar as Forças Armadas no banco dos réus. "Seria irresponsável e errado fazer isso. A imensa maioria dos seus integrantes se recusou a participar. Agora

havia militares que participaram da tentativa de golpe de estado, sim. E são essas pessoas que nós estamos propondo ao Supremo que haja medidas em relação a elas.”

Flávio Dino se referia a um pedido da Polícia Federal ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes feito na última sexta-feira (17). Pela solicitação, Moraes deve determinar se os militares envolvidos nos atos golpistas serão investigados e punidos pela justiça civil ou pelos colegas militares. Pela Constituição, crimes cometidos por militares são investigados no âmbito da chamada Justiça Militar, sob o código penal militar. A dúvida neste caso, segundo o ministro da Justiça, é em face da existência de crimes que não são propriamente militares. E o fato de haver a chamada conexão entre a jurisdição civil e militar nos atos golpistas de 8 de janeiro

DATA DA NOTÍCIA: 23/02/2023

Título: Procuradoria do Equador abre processo contra ex-presidente Lenín Moreno

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79259/procuradoria-do-equador-abre-processo-contr-a-ex-presidente-lenin-moreno>

A Procuradoria Geral do Equador anunciou nesta quarta-feira (22/02) a abertura de um processo contra o ex-presidente Lenín Moreno, baseado nas denúncias de um suposto crime de corrupção, em caso conhecido no país andino como INA Papers.

O nome INA Papers surgiu pelo fato de que a denúncia tem a ver com um suposto esquema de desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro e evasão de divisas para contas em paraísos fiscais em nome das três filhas do ex-mandatário, cujos nomes compartilham o mesmo sufixo: Irina, Cristina e Carina.

No entanto, das três filhas de Moreno, apenas a mais velha, Irina González Moreno, está sendo investigada no processo neste primeiro momento. Os demais parentes apontados como suspeitos no inquérito são a esposa do ex-presidente, Rocío González [que também é mãe de Irina e suas duas irmãs], Edwin e Guillermo Moreno, ambos irmãos de Lenín.

Os demais envolvidos são figuras que trabalharam com o ex-presidente durante o seu mandato. Segundo a imprensa local, seriam pouco mais de trinta assessores próximos a Moreno que poderiam ter participado do esquema de desvio de dinheiro público para contas no exterior.

O processo está tramitando na Corte Nacional de Justiça do Equador (CNJ) e a investigação é liderada pela procuradora-geral Diana Salazar.

Em um primeiro parecer emitido junto com a abertura do processo, Salazar afirma que “os indícios apontam que o esquema de corrupção estaria ligado ao projeto hidrelétrico Coca

Codo Sinclair, e chegou a desviar cerca de 76 milhões de dólares, o que corresponderia a cerca de 4% do valor contratado para a obra, que inicialmente era de quase 1,9 bilhão de dólares – embora, na prática, o seu custo tenha ultrapassado os 2,2 bilhões em total” .

DATA DA NOTÍCIA: 27/02/2023

Título: ELN e governo colombiano anunciam "primeiros avanços" em nova rodada de negociação de paz

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/elN-e-governo-colombiano-anunciam-primeiros-avancos-em-nova-rodada-de-negociacao-de-paz>

A delegação do Exército de Libertação Nacional (ELN) e do governo do presidente colombiano Gustavo Petro divulgaram no último sábado (24) quatro pontos acordados entre as partes para alcançar a paz. O documento é resultado de uma nova rodada de negociação que aconteceu na Cidade do México, capital do país, e que começou no dia 13 de fevereiro.

O primeiro ponto é a "caracterização jurídica do ELN como organização política armada rebelde com a qual o Governo Nacional está a negociar a paz". O jornal colombiano El Espectador destaca que uma das lideranças do ELN, Antonio García, já criticou o governo por colocar o grupo armado de inspiração esquerdista no mesmo "grupo" de organizações de narcotráfico como o Clã do Golfo.

"Está claro que não podemos avançar em temas substanciais da agenda sem resolver este ponto. O governo está avançando na busca de uma solução legal", disse um dos integrantes da equipe de negociação ao El Espectador.

Outros pontos previstos no acordo parcial são a criação de "ponto de contato e comunicação" para o diálogo com o ELN, a análise de denúncias de violações de direitos humanos apresentadas por ambas as delegações e o acompanhamento de propostas do Ministério da Justiça da Colômbia para "humanização da política carcerária". "Temos uma visão comum de paz. O governo sempre reconheceu a natureza do ELN como um grupo político, militar e rebelde", disse o senador Iván Cepeda, que faz parte da equipe de negociação de paz do governo, para a BlueRadio.

Alemanha, Espanha, Suécia e Suíça acompanham a nova rodada de negociações de paz. Está previsto para o dia 10 de março o encerramento da mesa de negociação, com a expectativa de um possível acordo.

DATA DA NOTÍCIA: 28/02/2023

Título: Cuba se aproxima de eleições com maior número de candidatos jovens, mulheres e negros

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/28/cuba-se-aproxima-de-eleicoes-com-maior-numero-de-candidatos-jovens-mulheres-e-negros>

No dia 26 de março, 470 deputados serão eleitos para a Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, o mais alto órgão político do país, por um período de cinco anos. Há mais candidatos jovens, negros e mulheres participando deste pleito.

A campanha na ilha não tem a forma de propaganda, como nos países capitalistas. Não há anúncios sorridentes nas ruas, nem spots publicitários com promessas. Nas semanas que antecedem as eleições, os candidatos realizam visitas a bairros, locais de trabalho e centros estudantis, onde são convocadas e organizadas assembleias para intercâmbio com a população. Nestes encontros públicos, os postulantes ao Parlamento cubano conversam com os eleitores e escutam suas preocupações, perguntas, reclamações e propostas

Um quinto de todos os candidatos são jovens entre 18 e 35 anos de idade. Isto representa um aumento em comparação com a atual legislatura. Mais da metade das candidatas são mulheres.

A média mundial de mulheres no Parlamento, de acordo com o Fórum Econômico Mundial, é de apenas 26%. Ruanda, com 61% do Parlamento composto por mulheres, tem o maior índice de participação feminina.

Ao mesmo tempo, podem ser feitos progressos na questão racial. Enquanto na legislatura anterior 40% de seus membros eram negros, este número aumentou para 45% nos atuais candidatos.

Ao contrário dos sistemas políticos multipartidários, os candidatos ao legislativo cubano não são eleitos através de competição entre diferentes agremiações. Mas, ao contrário do que muitas vezes se acredita, tampouco é o Partido Comunista Cubano que escolhe os candidatos para a Assembleia. Ao contrário, as candidaturas são construídas pelas chamadas "comissões de candidatura".

As comissões de candidatura são formadas por representantes das lideranças de diferentes espaços setoriais e sindicais de participação que, por sua vez, são constituídas pela Federação de Estudantes Universitários, a Central de Trabalhadores de Cuba, a Associação Nacional de Pequenos Agricultores, a Federação de Estudantes do Ensino Médio, a Federação de Mulheres Cubanas e os Comitês de Defesa da Revolução. Estas comissões propõem diferentes candidatos que serão votados nas eleições.

Os representantes eleitos não recebem um salário superior ao do trabalhador médio. Da mesma forma, os funcionários são obrigados por lei a prestar contas a seus eleitores e seu mandato pode ser revogado a qualquer momento.